

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público



Aplicação: 22/1/2006

Cargo 11:
Consultor Técnico Legislativo
Categoria: Advogado

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 14/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnBC **ESPE**
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDF/T = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 7.

1 Sabe o leitor o que lhe trago aqui? Uma pérola. (...)

2 Pesquei-a agora mesmo na costa da Câmara Municipal.

3 Gosto daqueles mares, às vezes tempestuosos, às vezes banzeiros,

4 mas sempre fecundos. Dizem que há um plano de fazer desaguar ali

5 os rios Maranhão e Caiapó, contra todas as induções de geografia, e

6 a despeito das leis da hidráulica. Contanto que me não tirem as

7 pérolas.

8 Vamos à que acabo de colher. Todos os anos, em se

9 aproximando o entrudo, a Câmara manda correr um edital que o

10 proíbe, citando a postura e apontando as penas. Até aqui a ostra;

11 agora a pérola. Este ano a Câmara fez saber duas coisas: primeiro,

12 que a postura está em seu inteiro vigor; segundo, que deve ser

13 cumprida *literalmente*. Sim, meu senhor, *literalmente*; deve ser

14 cumprida *literalmente*.

15 (...)

16 Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que

17 agora é sério. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os

18 ingleses vêem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água

19 é um delito, encrespo as sobranceiras, pego na vara de marmeleiro,

20 e é o mesmo que se caísse um carro. Nada, agora é sério. Não de

21 cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso.

22 Entretanto, a coisa é menos fácil do que parece. A postura

23 impõe multa aos que jogam entrudo, e, não podendo o infrator pagar

24 a multa, sofrerá “dois a oito dias de prisão”; sendo escravo, porém,

25 sofrerá “dois a oito dias de cadeia”. Como encaminhar literalmente

26 esses dois infratores, um para a prisão, outro para a cadeia? Se não

27 fosse a condição da literalidade, eu, no caso dos urbanos, mandava-os

28 ambos para o xilindró, que é um meio-termo; mas devendo ser literal,

29 não saberia que fazer.

30 (...)

31 Mas o que o leitor não suspeita é que não lhe dou esta

32 pérola, e assim castigo a incredulidade com que me recebeu. Vou

33 restituí-la à matrona municipal. Ela a porá ao colo, nos três dias de

34 entrudo, para assistir ao baile dos limões-de-cheiro, que promete ser

35 esplêndido, tão esplêndido que ela acabará por dançar com os outros.

36 Se assim acontecer, que fará a Câmara nos anos seguintes?

37 Terá de recorrer a outros advérbios, *ferrenhamente*, *implacavelmente*,

38 *terrivelmente*, e sempre inutilmente, porque nestas coisas, amiga

39 minha, ou se trata de um recreio popular, e é preciso fazer como

40 aquele chefe de polícia, que o trocou por outro; — ou se trata de

41 eleições, e então, antes de dar um advérbio à execução das leis, é

42 melhor dar-nos o sentimento da legalidade, que está muito por baixo.

43 E depois, pode ser que o povo imagine que o direito de fazer

44 entrudo, como o de expor ossos de defunto nas vitrinas, é

45 constitucional. Se assim for, creia a Câmara que ele há de defendê-lo,

46 a todo custo, considerando que, se hoje lhe tirasse o de jogar água,

47 amanhã pode tirar-lhe o de profanar ossos nas vitrinas da Rua do

48 Ouvidor. Premissa traz conseqüência; liberdade morta, liberdade

49 moribunda. Ou mais derramadamente: as liberdades dependem tanto

umas das outras, que o dia da morte de uma é a véspera da morte de

outra. Vá lá em vinte palavras o que estava em duas.

Machado de Assis. *Crônicas — Balas de estalo*. In: *Obra Completa* — volume III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p.438-9.

Em relação às idéias e estruturas lingüísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 Pelos sentidos do texto, a expressão “matrona municipal” (l.33) indica tratamento cerimonioso e respeitoso em relação à instituição a que se refere.
- 2 Em “defendê-lo” (l.45), o pronome “-lo” refere-se a “povo” (l.43).
- 3 Em “liberdade morta, liberdade moribunda” (l.48-49), a vírgula pode ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para a informação do período, pela expressão **significa, imediatamente a seguir, outra**.
- 4 No segundo parágrafo, a cadeia metafórica composta em relação a “costa”, “mares” e “pérolas” tem o efeito de sentido de ironia no que se refere ao funcionamento da Câmara Municipal.
- 5 No parágrafo às linhas de 16 a 21, por meio de recurso de personificação, o autor dá voz à Câmara Municipal.
- 6 A oração iniciada por “não podendo” (l.23) tem valor concessivo.
- 7 O autor do texto discute a idéia de que a interpretação literal da norma exigiria que os termos “prisão” e “cadeia” fossem compreendidos com significados diferentes, o que poderia provocar dúvidas na imposição de pena aos infratores.

1 O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e
discriminações, especialmente contra as comunidades
indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que
4 não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou
uma obra de resistência e construção nacional admirável.
Construiu, ao longo do século, uma nação plural,
7 diversificada, contraditória até, mas que se estende de uma
ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos
orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba
10 do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco
mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.
Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São
13 Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e
da região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma
língua, partilha os mesmos valores fundamentais, sente-se
16 brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram,
dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e
19 árabes conversam sem medo, onde, toda migração é bem-
vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa
própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada
22 migrante se transforma em mais um brasileiro.

Luis Inácio Lula da Silva. *Discurso de Posse.*

Com referência aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto
acima, julgue os itens seguintes.

- 8 Antes de “Onde a mestiçagem” (l.17), subentende-se a
repetição da expressão “Esta é uma nação”, que inicia o
período antecedente.
- 9 Os sinais de ponto-e-vírgula às linhas de 9 a 11 podem, sem
prejuízo para a correção gramatical do período, ser
substituídos por vírgulas.
- 10 Estaria gramaticalmente correta, à linha 14, a redação **região
Centro-Oeste, esta é uma nação...**
- 11 A expressão “é grande” (l.1) restringe-se à extensão territorial
do Brasil.
- 12 A inserção de **Essa nação vai dos** no lugar de “Dos”, antes de
“encantados da Amazônia” (l.8), prejudica a correção
gramatical do período e altera o significado original da
informação.

1 O Estado democrático estabelece o direito, a fim
de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos
outros. O Brasil livrou-se da tutela do arbítrio e não aceita
4 a tutela da coação, nem o intimidam facções ou grupos.

A liberdade implica o compromisso de fortalecer
o poder político contra a insegurança de abalos
7 institucionais. Ouvir a todos e conviver com todos, sem
discriminação. Tolerância não significa concordância.(...)

A liberdade não se esgota na vontade institucional.
10 Ela tem de ser capaz de gerar direitos sociais, para ser a
liberdade que não permita a morte pela fome, pelas
doenças, pela insegurança das cidades e pela ausência de
13 trabalho. Enfim, a liberdade é a vida; é uma perspectiva de
vida feliz.

Mas o exercício da liberdade tem de ser integral.
16 Indissociáveis são as liberdades política, econômica e
social. Todos sabem que, onde morreu a liberdade
econômica ou existe a servidão social, a liberdade política
19 não existe. Querer a liberdade política sem garantir o poder
criador competitivo da iniciativa privada é não conhecer
a realidade da História. Querer liberdade econômica,
22 convivendo com a injustiça social e com a miséria, é admitir
uma sociedade de privilégios que termina na violência e no
silêncio das ideologias.

José Sarney. *Discurso de Posse.*

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 13 As vírgulas logo após “que” (l.17) e “social” (l.18)
justificam-se por isolar oração subordinada adjetiva
restritiva deslocada de sua posição na ordem direta.
- 14 A substituição de “convivendo” (l.22) por **já que se
convive** mantém a correção gramatical e o sentido original
do período.
- 15 A linguagem do primeiro parágrafo do texto é inadequada
para a redação de correspondências oficiais em razão de
sua subjetividade.
- 16 A expressão “a fim de que” (l.1-2) pode, sem prejuízo para
a correção gramatical e para o sentido original do período,
ser substituída por qualquer uma das seguintes: **para que,
com o objetivo de que, conquanto que.**
- 17 Em “nem o intimidam” (l.4), “o” é pronome que se refere
ao antecedente “arbítrio” (l.3).
- 18 Em “implica o compromisso” (l.5), a substituição de “o”
por **com** mantém a correção gramatical e a informação
original do período.
- 19 Imediatamente antes da palavra “Tolerância” (l.8), pela
relação que a oração estabelece com o período anterior,
caberia o emprego da conjunção **Entretanto**, seguida de
vírgula e letra minúscula.
- 20 O trecho “ser integral. Indissociáveis são as liberdades”
(l.15-16) admite, sem prejuízo para a correção gramatical
do texto, a seguinte reescrita: ser integral, uma vez que são
indissociáveis as liberdades.

Texto para os itens de 21 a 25.

1 O Sr. Deputado Penido censurou a Câmara por lhe ter
rejeitado duas emendas: — uma que mandava fazer desconto
aos deputados que não comparecessem às sessões; outra que
4 reduzia a importância do subsídio.

Respeito as câs do distinto mineiro; mas permita-me
que lhe diga: a censura recai sobre S. Ex.^a não só uma, como
7 duas censuras.

A primeira emenda é descabida. S. Ex.^a naturalmente
ouviu dizer que aos deputados franceses são descontados
10 os dias em que não comparecem; e, precipitadamente, pelo
vezo de tudo copiarmos do estrangeiro, quis logo introduzir no
regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica. Não advertiu
13 S. Ex.^a, que esse desconto é lógico e possível num país onde
os jantares para cinco pessoas contam cinco croquetes, cinco
figos e cinco fatias de queijo. A França, com todas as suas
16 magnificências, é um país sórdido. A economia ali é mais do
que sentimento ou um costume, mais que um vício (...).

A livre, jovem e rica América não deve empregar tais
19 processos, que estariam em desacordo com um certo
sentimento estético e político. Cá, quando há alguém para
jantar, mata-se um porco; e se há intimidade, as pessoas da
22 vizinhança, que não comparecerem, recebem no dia seguinte
um pedaço de lombo, uma costeleta, etc. Ora, isso que se faz
no dia seguinte, nas casas particulares, sem censura nem
25 emenda, porque é que merecerá emenda e censura na Câmara,
onde, aliás, o lombo e as costeletas são remetidos só no fim do
mês? Nem remetidos são: os próprios obsequiados é que hão
28 de ir buscá-los.

Demais, subsídio não é vencimento no sentido
ordinário: *pro labore*. É um modo de suprir às necessidades do
31 representante, para que ele, durante o tempo em que trata dos
negócios públicos, tenha a subsistência afiançada. O fato de
não ir à Câmara não quer dizer que não trata dos negócios
34 públicos; em casa pode fazer longos trabalhos e investigações.
(...) Mas quem ignora que o pensamento, obra secreta do
cérebro, pode estar em ação em qualquer que seja o lugar do
37 homem? A mais bela freguesa dos nossos armazinhos não pode
impedir que eu, olhando para ela, resolva um problema de
matemáticas. Arquimedes fez uma descoberta estando no
40 banho.

Machado de Assis. *Op. cit.*, p.416.

Com base nos sentidos e nas estruturas lingüísticas do texto
ao lado, julgue os itens a seguir.

- 21 A expressão “o lombo e as costeletas” (ℓ.26) tem, no texto, sentido metafórico, empregada com o significado geral de subsídios, vencimentos, remuneração, ordenado, salário, e seria inadequada para ser utilizada em correspondências oficiais.
- 22 A substituição de “Demais” (ℓ.29) por **Ademais** mantém o sentido das informações do texto, sem provocar problemas de coerência textual.
- 23 A expressão “obra secreta do cérebro” (ℓ.35-36) está entre vírgulas por tratar-se de aposto explicativo.
- 24 O autor declara-se contra o desconto aos deputados que não compareçam às sessões da Câmara, sob a alegação de que se pode trabalhar em qualquer lugar com a mesma eficiência.
- 25 Na linha 9, o emprego de preposição em “aos deputados franceses” justifica-se pela regência de “descontados”.

1 O Governo não é uma entidade abstrata, um
instrumento de coerção ou uma força extrínseca da
comunidade nacional. Não é um agente de partidos, grupos,
4 classes ou interesses. É a própria imagem refletida da pátria
na soma das suas aspirações e no conjunto das suas
afinidades. É emanado do povo e, como tal, servo da sua
7 vontade, provedor de suas necessidades, a força
humanizada e sensível que preside as relações e o
desenvolvimento da sua vida social no sentido da
10 cooperação e da harmonia entre as classes e entre os
interesses.

Getúlio Vargas. *Discurso de Posse*.

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 26 Antes da enumeração iniciada por “servo da sua vontade” (ℓ.6-7), subentende-se a expressão **não pode ser**.
- 27 O segmento de texto apresentado é constituído por uma narração.
- 28 As vírgulas empregadas na linha 3 têm a mesma justificativa gramatical que a vírgula empregada na linha 1.
- 29 Pelos sentidos do texto, no segundo, no terceiro e no quarto períodos, identifica-se sujeito implícito idêntico, ou seja, o antecedente “O Governo” (ℓ.1).
- 30 O termo “emanado” (ℓ.6) é empregado, no texto, com o sentido de **exercido, realizado, posto em prática**.

Acerca da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do DF, julgue os seguintes itens.

- 31** A iniciativa comum pode ser exercida pelo governador do DF, por qualquer membro ou órgão da CLDF e pelos cidadãos.
- 32** A emenda à LODF será iniciada na forma de projeto, e o decreto legislativo bem como a resolução, na forma de proposta.
- 33** São etapas do processo de elaboração das leis a discussão, a deliberação e a repristinação.
- 34** Procedimento legislativo é o conjunto de atos pré-ordenados que objetivam a formação das leis mediante a colaboração entre os poderes do DF.
- 35** O procedimento legislativo, disciplinado pelo Regimento Interno da CLDF, pode ser ordinário, sumário ou especial.
- 36** No âmbito do Poder Legislativo do DF, denomina-se lei complementar aquela que disciplina matéria que a LODF determina como seu objeto, e resolução, a lei que disciplina, com efeito externo, matéria de competência privativa da CLDF.

Quando à estrutura das leis, julgue os itens a seguir.

- 37** A epígrafe é a parte do título que qualifica a lei, denominando-a pela sua espécie e distinguindo-a das demais de mesma espécie pela numeração.
- 38** A ementa é a parte do título em que é possível identificar-se a lei pela síntese do seu conteúdo ou finalidade. Ela deverá ser grafada em negrito e deverá situar-se entre o centro e a margem direita do papel, acima do preâmbulo e abaixo da ordem de execução.
- 39** Os artigos de uma lei podem reunir-se em unidades de agrupamento cuja base é o capítulo. Os capítulos, por sua vez, poderão agrupar-se em livros, estes, em títulos e os títulos, em partes.
- 40** O preâmbulo — como parte inicial da lei — contém o título, a fundamentação legal da autoridade e a fórmula de publicação.

No que se refere ao Regimento Interno da CLDF, julgue os próximos itens.

- 41** Os conselhos de representantes comunitários funcionam junto às administrações regionais como órgãos deliberativos, consultivos e fiscalizadores dos atos de gestão dos administradores.
- 42** Legislatura é o período de quatro anos de atividades parlamentares que coincide com o do mandato parlamentar.
- 43** A sistematização interna propicia a coerência, a coesão e a harmonia textuais existentes entre os diversos dispositivos de gênero normativo similar ou idêntico, distribuídos no mesmo nível hierárquico, ao passo que a sistematização externa opera a adequação dos enunciados legais às estruturas nomoestáticas e nomodinâmicas do ordenamento jurídico dispostas em níveis hierárquicos opostos e complementares.
- 44** A denominação Câmara Legislativa decorre da fusão dos nomes atribuídos às casas legislativas dos municípios e dos estados-membros da Federação, respectivamente.
- 45** As sessões legislativas ordinárias têm a duração de nove meses e meio e são divididas em dois períodos, sendo o primeiro iniciado em 1.º de fevereiro e o segundo, em 1.º de agosto.
- 46** Na sessão legislativa extraordinária, a CLDF somente deliberará sobre a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- 47** Cabe à Mesa Diretora organizar a relação dos deputados distritais, que deverá ser concluída após a sessão de posse.
- 48** A criação das regiões administrativas do DF ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria simples dos deputados distritais, e sua extinção dar-se-á mediante maioria absoluta.

Com relação às normas de sistematização, julgue os itens que se seguem.

- 49** Não é possível que a norma específica de um instituto seja aplicada a outro que lhe seja afim ou conexo sem que se faça remissão expressa.
- 50** Para que ocorra a sistematização interna, é necessário que os institutos diversos sejam disciplinados separadamente e que as matérias afins ou conexas sejam disciplinadas em dispositivos próximos uns dos outros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O Estado tanto pode desenvolver as atividades administrativas por si mesmo, como pode prestá-las por meio de outros sujeitos. Com relação a esse tema, julgue os itens a seguir.

- 51** Quanto à posição estatal ocupada na escala administrativa, os órgãos podem ser divididos em órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos. Uma diferença que pode ser apontada entre os órgãos superiores e os órgãos independentes é que os primeiros detêm poder de decisão e comando, mas não gozam de autonomia financeira ou administrativa de que são dotados os segundos.
- 52** Há certas estruturas internas do Estado, também conhecidas como órgãos, que não possuem personalidade jurídica própria, mas que podem ser sujeitos de direitos e obrigações.
- 53** A imputação da atividade funcional do órgão à pessoa jurídica de que ele faz parte deve corresponder à representação do órgão perante a justiça ou a terceiros.

No que diz respeito às entidades paraestatais, julgue os itens que se seguem.

- 54** As entidades paraestatais são autorizadas a prestar serviços ou realizar atividades de interesse público, cuja realização é exclusiva do Estado.
- 55** As entidades paraestatais têm autonomia financeira e administrativa e executam suas atividades em regime de iniciativa particular, conforme suas disposições estatutárias.
- 56** Os teóricos da reforma do Estado enquadram as entidades paraestatais no conceito de terceiro setor, que, segundo eles, é composto por entidades da sociedade civil com fins públicos e lucrativos.

Acerca das normas que regem o parcelamento do solo rural no DF, julgue os itens seguintes.

- 57** Cabe à CLDF, com a sanção do governador, dispor sobre o uso do solo rural no DF.
- 58** É suficiente a apresentação do relatório de impacto ambiental complementar para a avaliação do impacto ambiental, para fins de licenciamento, de parcelamento do solo rural no DF.
- 59** O processo de ocupação e parcelamento do solo rural no DF deve ser realizado mediante participação da sociedade civil.

A crescente importância dos partidos, convertidos em peças fundamentais do processo político democrático de nossos dias, não haveria de passar despercebida do legislador, que se viu na contingência de tê-los em conta nas leis eleitorais, nos regulamentos parlamentares e, finalmente, nas próprias constituições.

José Afonso da Silva. *Curso de direito constitucional positivo*. 20.^a ed. Malheiros: São Paulo (com adaptações).

Considerando a regência constitucional brasileira e a organização universal dos partidos políticos, julgue os itens que seguem.

- 60** Os diferentes modos de organização partidária permitem uma classificação dos sistemas de partidos políticos em quatro diferentes tipos: unipartidarismo, o bipartidarismo, o pluripartidarismo e o multipartidarismo.
- 61** O controle financeiro dos partidos políticos brasileiros impõe limitações à busca de recursos, que está restrita a fontes expressamente indicadas.
- 62** A fidelidade partidária no Brasil não é uma determinante constitucional, mas, sim, uma disciplina estatutária.
- 63** A Constituição brasileira vigente dá liberdade de criação, organização e funcionamento de agremiações partidárias, adotando uma concepção minimalista, segundo a qual deve ser menor a interferência estatal no condicionamento das suas estruturas, dos seus programas e de suas atividades.

Com referência às limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

- 64** Caracteriza a isenção tributária a exclusão constitucional de parcela da competência dos entes políticos que, sem ela, poderiam instituir tributos a qualquer ato, fato ou pessoa.
- 65** Pode ser considerada inconstitucional, por ofensa ao princípio do não confisco, norma estadual que preveja o pagamento de multa de 300% sobre o valor de mercadoria, na hipótese de o contribuinte não emitir a nota fiscal relativa a venda realizada.
- 66** O valor de um imóvel, em regra, não é elemento hábil para aferir a capacidade contributiva do seu proprietário, e, portanto, não legitima a progressividade do IPTU.

Julgue os itens seguintes, relativos ao instituto da intervenção federal.

- 67** Pode-se classificar os pressupostos da intervenção federal nos estados em pressupostos de fundo, entre os quais estão os riscos à segurança do Estado, ao equilíbrio federativo, às finanças estaduais e à estabilidade da ordem constitucional, e em pressupostos formais, que seriam o modo de efetivação da intervenção, seus limites e requisitos.
- 68** O instituto da intervenção federal representa um elemento fundamental do federalismo e para a manutenção da preservação dos vínculos federativos.
- 69** O não-pagamento de título judicial em virtude da insuficiência de recursos de um ente federativo para fazer frente às suas obrigações pecuniárias, devido à exaustão financeira, autoriza a decretação de intervenção federal.
- 70** A invasão territorial de um estado por outro configura uma hipótese de admissibilidade de intervenção federal. O presidente da República, nesse caso, porém, não poderá agir mediante estrita avaliação discricionária da situação, nem dela poderá fazer um juízo político.

No uso da competência para instituir o imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), os estados e o DF devem submeter-se às regras constitucionais relativas a esse imposto. Considerando essas regras, julgue os itens a seguir.

- 71** As alíquotas internas do ICMS são determinadas por lei do respectivo estado ou do DF. Esses, por sua vez, deverão se submeter às alíquotas internas mínimas quando estabelecidas pelo Senado Federal.
- 72** Em nenhuma hipótese, o Senado Federal poderá estabelecer alíquotas máximas internas do ICMS.
- 73** Se, em um estado, ocorrer a venda de uma mercadoria para um consumidor final domiciliado em outro estado, essa operação deverá ser tributada com alíquota interna do estado em que ocorreu a venda.
- 74** Cabe ao Senado Federal, por maioria absoluta de seus membros, estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais.
- 75** As alíquotas determinadas por resolução do Senado Federal não se aplicam às exportações, já que elas não são tributadas.

Se a CLDF decidir estabelecer determinadas isenções do imposto sobre veículos automotores (IPVA), deverá se submeter às determinações do Código Tributário Nacional (CTN) e da Constituição Federal. Com relação a essas determinações, julgue os itens seguintes.

- 76** Somente em casos de relevante interesse nacional, e desde que limitada a certo período, é admissível que a União estabeleça a isenção do IPVA.
- 77** O fato de uma lei revogar integralmente outra lei que determinava uma isenção significa, em qualquer caso, que a isenção dada foi revogada.
- 78** Se um veículo estiver isento, por lei, da incidência do IPVA, estará automaticamente isento da taxa de licenciamento.
- 79** Toda isenção será determinada por lei, não se admitindo que seja instrumentalizada por meio de decreto legislativo.
- 80** Se determinada cidade-satélite do DF tem baixo índice de vias asfaltadas, é admissível, consoante as normas do CTN, que a lei isente seus moradores do pagamento do referido imposto.

Acerca do direito do trabalho, julgue o item a seguir.

- 81** Não há vínculo empregatício entre as sociedades cooperativas e seus associados, mas tão-somente entre os associados e os tomadores de serviço dessas sociedades.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 82** Paulo é sócio-gerente de uma sociedade empresarial e recebe *pro labore* pelo desempenho dessa função. Nesse caso, Paulo é considerado empregado, pois, nessa relação, encontram-se presentes todos os requisitos caracterizadores do vínculo empregatício: pessoalidade, onerosidade, não-eventualidade e subordinação jurídica.
- 83** Antônio celebrou contrato de trabalho, com prazo determinado de um ano, com uma pessoa jurídica. Decorrido esse prazo, seu contrato foi renovado por igual período. Nessa situação, caso o contrato de trabalho de Antônio seja novamente renovado, o acordo passará a vigorar sem determinação de prazo.
- 84** João foi contratado por uma revendedora de veículos, inicialmente, para a função de caixa. Após alguns meses, João assumiu a função de gerente, cargo de confiança, passando a deter poderes de direção e disciplina, e recebendo remuneração compatível com suas novas atribuições. Decorrido um ano dessa alteração, o empregador determinou o seu retorno à função de caixa, destituindo-o do cargo de confiança. Nesse caso, o retorno de João à função anterior, por determinação do empregador, não é considerado alteração unilateral do contrato individual de trabalho.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 85** José, em 27/5/2005, recebeu de seu empregador aviso prévio de trinta dias. Ocorre que, durante o período do aviso, houve reajuste salarial coletivo da categoria profissional a que José pertencia. Nessa situação, José somente será beneficiado com o referido reajuste se não tiver recebido, antecipadamente, os salários correspondentes ao período do aviso.
- 86** Alexandre foi contratado, em 1989, por uma pessoa jurídica, para a função de auxiliar de escritório. Devido a sua competência e responsabilidade, foi promovido, em poucos meses, ao cargo de chefe do departamento de pessoal. Ocorre que, em 29/11/2005, sua esposa faleceu, em decorrência de acidente automobilístico. Uma semana após esse fato, Alexandre foi encontrado completamente embriagado em serviço. Nessa situação, com base no ordenamento jurídico pátrio, é correto concluir que o fato não constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho.
- 87** Uma empresa, cujo objeto social é a criação e exportação de gado de corte, não realizou a vacinação de seu rebanho em 2004. No ano seguinte, seu rebanho foi todo infectado pela febre aftosa. Em razão desse fato, houve uma queda drástica nas exportações, o que ocasionou a extinção da referida empresa. Nessa situação, com base na legislação aplicável, é correto concluir que esse acontecimento consubstancia motivo de força maior, o que resulta, para o empregado que não tiver direito à estabilidade, redução da indenização na rescisão de seu contrato individual de trabalho.
- 88** Pedro, que trabalhava como estoquista em uma distribuidora de alimentos, teve de afastar-se de seu emprego, em virtude de exigências do serviço militar. Uma semana após ter concluído a prestação desse encargo público, notificou seu empregador da intenção de retornar ao cargo do qual se afastara. Nessa situação, Pedro terá direito a retornar ao antigo cargo, sendo-lhe asseguradas todas as vantagens que foram atribuídas, durante o seu afastamento, à categoria a que pertencia.
- 89** Ana foi contratada por um supermercado para exercer a função de caixa, em uma filial localizada no centro da cidade, próxima à sua residência. Em virtude de necessidade do empregador, ela foi transferida para outra filial, situada na periferia da cidade, a 10 km de sua moradia. Nessa situação, ainda que não tenha acarretado, necessariamente, mudança de domicílio, essa transferência é considerada nula por ser prejudicial à empregada.
- 90** André foi contratado, em 17/11/2004, para o cargo de analista de sistemas, em uma empresa do ramo de tecnologia da informação. Devido a contenção de despesas, foi demitido, sem justa causa, no dia 2/8/2005. Assinou recibo de quitação das verbas rescisórias, sem a assistência do respectivo sindicato ou da autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nessa situação, a falta de assistência sindical ou da autoridade do MTE não invalida o recibo de quitação.

Julgue os itens que se seguem, acerca dos negócios jurídicos e da prescrição.

- 91** A interrupção da prescrição depende da ação do titular, ou seja, do exercício do direito, e as causas de suspensão são estabelecidas em lei. No entanto, os efeitos da suspensão e da interrupção são idênticos, extinguindo-se o tempo transcorrido anteriormente até a ocorrência da causa da suspensão ou interrupção, que recomeça a correr por inteiro.
- 92** Os negócios jurídicos unilaterais têm existência e eficácia autônomas, por isso não supõem nem provocam reciprocidade ou corresponsabilidade de efeitos jurídicos. Quando os negócios jurídicos são receptícios, ou seja, se os seus efeitos só se produzem após o conhecimento da declaração pelo destinatário, eles são classificados como bilaterais, por terem criado obrigações para ambas as partes, ocorrendo a concentração nas obrigações alternativas.

A respeito dos contratos regidos pelo Código Civil, julgue os itens subsequentes.

- 93** No contrato estimatório, o consignante entrega ao consignatário a posse e o poder de disposição sobre determinado bem, dentro do prazo determinado e aceito por ambos, obrigando-se o segundo a pagar ao primeiro o preço por este estimado ou a restituir-lhe o bem.
- 94** Na compra e venda pura, o vendedor obriga-se a fazer a entrega efetiva da coisa ao comprador, ao passo que, na venda sobre documentos, modalidade ou cláusula especial de venda de coisa móvel, essa obrigação reduz-se à entrega efetiva do título que a represente e dos documentos conforme a previsão contratual.

Sob a ótica do Código Civil, julgue os itens a seguir, acerca da propriedade e da usucapião.

- 95** O direito de propriedade é absoluto, exclusivo e irrevogável, salvo no caso de propriedade em condomínio, no qual desaparece esse exclusivismo, porque os condôminos são conjuntamente titulares do direito.
- 96** O juiz poderá decretar a perda da propriedade sobre imóvel de extensa área, desde que haja ininterrupta posse de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e que estas tenham realizado, na área, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante. Nessa hipótese, o juiz deverá fixar justa indenização ao proprietário, condicionando o registro do imóvel em nome dos possuidores após o pagamento do preço fixado.
- 97** A usucapião especial urbana é o modo originário de aquisição da propriedade e ocorre quando uma pessoa física ou o seu preposto mantém a posse mansa e pacífica, com ânimo de dono, por prazo igual ou superior a cinco anos. Nessa hipótese, é dispensável que o usucapiente ou a sua família resida no imóvel, exigindo-se, tão-somente, que ele não seja proprietário ou possuidor de outro imóvel urbano.

Julgue os próximos itens, acerca do mandado de segurança e dos meios de impugnação dos provimentos jurisdicionais.

- 98** Considere a hipótese de que, no DF, determinado tributo tenha deixado de ser recolhido por força de uma decisão judicial proferida em mandado de segurança e que, posteriormente, tenha sido deferido pelo presidente do tribunal de justiça local o pedido de suspensão dos efeitos da sentença concessiva da segurança, por grave lesão à economia pública. Nessa situação, pode o DF exigir o pagamento do tributo que deixou de ser recolhido por força da mencionada decisão, uma vez que o deferimento de suspensão da segurança produz efeito *ex tunc*, retroagindo à data da sentença proferida no *writ*, evitando-se, assim, os efeitos danosos da execução desta decisão judicial.
- 99** Os meios típicos de impugnação dos atos judiciais compreendem: os recursos, entendidos como o instrumento adequado a propiciar às partes litigantes, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial; as ações autônomas de impugnação, tendentes à desconstituição de atos jurisdicionais, incluindo-se as decisões já transitadas em julgado, oferecidas em processo diverso, que tenham por objeto lide de outra natureza; e os chamados incidentes processuais previstos pelo Código de Processo Civil (CPC).
- 100** De acordo com o princípio da proibição de reforma para pior, *reformatio in pejus*, um recurso interposto só poderá favorecer o recorrente, não podendo beneficiar a parte que não o utilizou, ou seja, não se pode, no julgamento de um recurso, agravar a situação de quem recorreu.

Acerca das condições das ações, da intervenção de terceiros e do litisconsórcio, julgue os itens a seguir, com base na sistemática do CPC.

- 101** As condições da ação, que representam matéria conhecida de ofício pelo juiz, não são sujeitas a preclusão, consistem na verificação da legitimidade das partes, no exame do interesse de agir, na verificação da possibilidade jurídica do pedido e na comprovação da afirmação do direito do autor, ou seja, da pretensão deduzida em juízo.
- 102** Na oposição, o oponente ingressa no processo que se encontra pendente, apresentando uma pretensão própria sobre a coisa ou sobre o direito objeto da lide, no esforço de que sua pretensão prevaleça sobre as pretensões tanto do autor quanto do réu.
- 103** Na nomeação à autoria, visa-se à integração de um terceiro à relação processual, ampliando-se, assim, pela vontade do réu, o pólo passivo, formando-se um litisconsórcio passivo, sucessivo e facultativo, ficando assim o nomeado abrangido pela eficácia da coisa material resultante da sentença.

Julgue os seguintes itens, que versam acerca do processo cautelar.

- 104** Caso o juiz julgue a ação cautelar e a principal na mesma sentença, e seja interposta apelação única que impugne a sentença relativamente a ambas as ações, esta deve ser recebida com efeitos distintos. Quanto à cautelar, o apelo deve ser recebido no efeito devolutivo e, nos efeitos legais, que podem ser suspensivo e devolutivo, ou, apenas, devolutivo, quanto à parte que impugnar a ação principal.
- 105** Considere que tenha sido ajuizada uma ação cautelar preparatória e que, posteriormente, o processo principal tenha sido extinto por carência de ação. Nessa situação, o julgamento da ação principal importa a extinção do processo cautelar, dada a superveniente perda de seu objeto.

Pedro e João são sócios da empresa PEJO Ltda., sendo Pedro o sócio-gerente e João, o cotista. Além dos empregados, em face das atividades desenvolvidas, ambos os sócios trabalham na empresa e são remunerados por essas atividades. Pedro adoeceu, ficando incapacitado, temporariamente, para o trabalho.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 106** Pedro é segurado obrigatório do regime geral da previdência social, estabelecido pela Lei n.º 8.212/1991, na qualidade de contribuinte individual e, em razão disso, pode fazer jus ao benefício do auxílio-doença, desde que tenha completado o período de carência.
- 107** O auxílio-doença é devido ao segurado empregado a partir do 16.º dia do afastamento da atividade e aos demais segurados a contar do início da incapacidade, desde que o requerimento não tenha sido feito após o trigésimo dia do afastamento.
- 108** Na hipótese de a doença de Pedro não ser isenta de carência para fins do auxílio-doença, serão consideradas, para o cômputo do período de carência, contribuições a partir da sua filiação ao regime geral da previdência social.
- 109** Por não ser sócio-gerente da empresa, mas apenas sócio-cotista, João não é segurado obrigatório do regime geral da previdência social, estabelecido pela Lei n.º 8.212/1991.

Com relação à seguridade social, julgue os itens a seguir.

110 A seguridade social é composta por um conjunto integrado de ações dos poderes públicos e da sociedade, com a finalidade de assegurar o direito à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como princípios e diretrizes, entre outras, a irredutibilidade do valor dos benefícios e a equidade na forma de participação no custeio.

111 São segurados obrigatórios da previdência social, entre outros: o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, autarquias, inclusive em regime especial, e fundações públicas federais, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

112 Conforme o determinado em lei, as empresas devem recolher para a previdência social o percentual de 1% a 3% sobre o salário de contribuição dos segurados empregados e trabalhadores avulsos, para o financiamento do benefício da aposentadoria especial, assim como as concedidas em razão do grau de incidência laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.

Em 1.º/1/1975, Maria foi nomeada para exercer o cargo em comissão de diretora de departamento de uma autarquia federal, a qual tem regime próprio de previdência social — Regime Jurídico Único (RJU). Desde então, vem exercendo esse cargo, ininterruptamente, até a presente data. Maria, hoje, tem 60 anos de idade e não tem nenhum outro vínculo empregatício privado ou público. Maria resolveu aposentar-se.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o próximo item.

113 A aposentadoria de Maria se dará pelo Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais e não pelo Regime Geral de Previdência Social.

Julgue os itens a seguir, acerca das inelegibilidades estabelecidas na Constituição Federal e na Lei Complementar n.º 64/1990.

114 Tanto no registro de candidato julgado pelo juiz eleitoral como no registro de candidato julgado originariamente por tribunal regional eleitoral, havendo recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, o recorrido será notificado por telegrama para apresentar contra-razões no prazo de três dias, a partir da data em que for protocolada a petição recursal.

115 Compete à justiça eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade. Quando se tratar de candidato a senador, governador ou vice-governador de estado ou do DF, deputado federal, deputado estadual ou deputado distrital, a arguição de inelegibilidade será feita perante os tribunais regionais eleitorais.

Julgue os próximos itens, acerca dos princípios constitucionais do direito eleitoral.

116 É admitida a cassação de direitos políticos no caso de incapacidade civil absoluta, desde que haja sentença judicial transitada em julgado.

117 O sufrágio é universal, por isso é garantido aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, sem distinção de qualquer natureza, o voto direto e secreto, com valor igual para todos.

Julgue os itens a seguir, acerca da estrutura e da organização da justiça eleitoral.

118 Integram a estrutura de justiça eleitoral o Tribunal Superior Eleitoral, o Ministério Público Eleitoral, os tribunais regionais eleitorais, os juízes eleitorais e as juntas eleitorais.

119 Embora sem integrar a estrutura da justiça eleitoral, compete exclusivamente ao TJDF, sem a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, a indicação de advogados para a composição do Tribunal Regional Eleitoral do DF.

120 A partir da Constituição Federal de 1988, não mais se exige que a organização dos tribunais e dos juízes eleitorais seja tratada por lei complementar.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Redija um texto dissertativo sobre o controle dos atos da administração pública por meio das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ natureza e limites da atividade fiscalizadora do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo e o Poder Judiciário;
 - ▶ objeto de investigação das CPIs e interferência entre os poderes republicanos;
 - ▶ conclusões e encaminhamentos das CPIs.
-

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	